



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 1/2023 - COMISSÕES/MEMORIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados em confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, devendo a contratada atender as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Detalhamento dos bens e serviços que compõem a solução:

1.2.1 A contratação direta encontra amparo no art. 23, da Lei Federal nº 14.133/21, art. 7º da IN SEGES/ME Nº 65/21, e art. 9º da IN TRE-RO Nº 09/2022 e destina-se à prestação de serviços ao Centro de Memória do TRE-RO.

1.2.2 DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

1.2.2.1 Visando a substituição de duas galerias e a implantação de outras duas segue o detalhamento dos bens e serviços que deverão ser prestados da forma que segue:

Item	Serviço/produto	Quantidade
1	1. Confecção de quadros para as galerias de autoridades do TRE-RO, contendo: 1.1 moldura preta caixa alta de 2cm largura (por fora) medindo 31,5cm x 41cm; 1.2 moldura dourada de 3cm de largura (parte de dentro) medindo 28,5cm x 38cm; 1.3 vidro incolor que não mancha a revelação fotográfica medindo 28,5cm x 38cm (parte de trás do quadro); 1.4 foam bord (material anti-mofo e leve) medindo 23,5cm x 33cm; O prazo de entrega/instalação será de 45 dias. A contratada deverá apresentar modelo dos quadros no prazo de cinco dias uteis após empenho/contrato para aprovação. Obs. será permitida a variação de medidas em 0,5cm, adequando-se à impressão imagens citada no item 2.	120
2	2. Serviço de impressão de imagens revelada no papel fotográfico medindo 23,5cm x 33cm. O prazo de entrega/instalação será de 45 dias;	100
3	3. Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE PRESIDENTES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.12m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
4	4. Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE CORREGEDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.48m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
5	5. Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE DIRETORES DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.98 de largura x 29cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1
6	6. confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE OUVIDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.57m de largura x 10cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	1

1.2.2.2 A execução da contratação ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global.

1.3. Demais regras das condições e especificações da solução:

1.3.1 DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DECORRENTES DO FORNECIMENTO

1.3.1.1 Os objetos produzidos deverão ser instalados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União.

1.4. DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

1.4.1 A equipe do Tribunal auxiliará a contratada que poderá realizar vistoria nas dependências do edifício sede do TRE-RO, para perfeito conhecimento e compreensão da dimensão do trabalho envolvido na elaboração dos serviços e produtos a serem contratados. O agendamento deverá ser encaminhado para o email cgm@tre-ro.jus.br ou pelo telefone (69) 3211-2094

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda está prevista no evento SEI 1061453 (Processo 0000150-50.2022.6.22.8000) - Grupo de despesas de custeio - Despesa suplementada no valor de R\$50.000,00 (cinqüenta mil reais), que trata da 2ª fase de suplementação do orçamento.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Contratação de forma direta por dispensa tradicional de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21;

3.2 A contratação visa a padronização das Galerias das autoridades do TRE-RO e sua complementação de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020. Visa, ainda, o aprimoramento da gestão da memória eleitoral brasileira e institucional por meio da pesquisa, identificação, coleta, registro, tratamento técnico, conservação, restauração, preservação, produção de conteúdo, divulgação de acervos e do patrimônio histórico da Justiça Eleitoral, consubstanciado na implementação efetiva na Política de Acervos nos termos dos arts. 44 e 46 da Lei n. 11.904/2009, e cumprimento dos critérios e requisitos

propostos na Resolução CNJ n. 324/2020, além dos instrumentos necessários à efetiva gestão da memória também publicados pelo CNJ a exemplo do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário.

3.3 Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.1 Documento de Formalização da Demanda - evento SEI 1065064;

3.3.2 Cotação de Preços Nº SEPM 1/2023 - Evento SEI 1066394;

3.3.3 Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC 1066368.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Somente poderão participar desta cotação de preços empresas que apresentam:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

4.2 Não poderá participar direta ou indiretamente desta cotação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.3 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.4 A participação na cotação de preços implica em conhecimento e aceitação das regras a ela inerentes.

4.5 A proposta de preços da contratada vincula-se a este contrato independentemente de transcrição.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os requisitos da contratação e a condições indispensáveis para esta locação atender à pretensão contratual, encontram-se no teor deste TR e nas propostas apresentadas nas Cotações de Preços inclusas nos eventos 1065999, 1066014, 1066020 e 1066022;

5.1 O fornecimentos será de acordo com as cotações de preços citadas no item 5.1.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A contratação em tela não trará impactos no aspecto da sustentabilidade, dada a natureza dos serviços a serem prestados, bem como em razão das estruturas de madeira que serão utilizadas serem provenientes de reflorestamento.

6.2 Todavia, normalmente quem participa da licitação não é o fabricante em si, mas sim revendedores, distribuidores ou comerciantes em geral, os quais, por não desempenharem diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Prazos e Condições:

7.1.1 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21 e as regras desta Cotação de Preços constarão no Termo de Referência;

7.1.2 As condições de habilitação exigidas na Cotação de Preços serão verificadas de ofício, por meio de certidão on-line, em especial quanto à regularidade perante o a Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho;

7.1.3 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária;

7.1.4 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia;

7.1.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária;

7.1.6 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os proponentes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 90 da Lei n. 14.133/21), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado;

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1 Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

7.2.2 Emitir a Nota de Empenho conforme necessidade da Unidade requisitante, desde que haja disponibilidade orçamentária, respeitando-se o limite mínimo por pedido informado na Cotação de Preços;

7.2.3 Efetuar o recebimento provisório dos produtos entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pelo fiscal do item ou pela unidade solicitante do bem;

7.2.4 Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, conforme esta Cotação de Preços e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais;

7.2.5 Notificar a contratada acerca de eventual recusa de material, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo fiscal da contratação;

7.2.6 Efetuar o pagamento conforme disposto nesta Cotação de Preços;

7.2.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços e, em caso de inadequação dos serviços, comunicar imediatamente a contratada para refazer/complementar os produtos entregues, a qual deverá apresentar novo produto para apreciação do gestor;

7.2.8 Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

7.2.9 Receber os serviços, por meio do gestor do contrato, verificando-se a conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato, certificando as notas fiscais da prestação dos serviços

7.2.10 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

7.2.11 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória;

7.2.12 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe se tratar de conta corrente ou conta poupança;

7.2.13 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code;

7.2.14 Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado;

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.15 Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

7.2.16 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.17 A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

7.2.18 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1 Além de cumprir e fazer cumprir todas as disposições desta Cotação de Preços, da proposta e da legislação correlata, obriga-se a Contratada:

7.3.2 Cumprir todas as obrigações de especificações do objeto e prazo informados no item 2 deste termo de referência, bem como os prazos e obrigações.

7.3.3 Instalar os materiais resultantes da prestação de serviços, transportando-os devidamente acondicionados, evitando-se avarias durante seu transporte e armazenamento. O material não instalado deve ser entregue na Seção de Almoxarifado deste Tribunal, no endereço: Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, CNPJ 04.565.735/0001-13, Porto Velho/RO. A entrega deve ser previamente agendada no telefone: (69) 3211-2092 / 2051/2000 e deverá ser realizada em dia útil, dentro do horário de expediente;

7.3.4 Substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

7.3.5 Recolher, a suas expensas, o material recusado e devidamente substituído;

7.3.6 Solicitar, se necessário, prorrogação do prazo de instalação e entrega, substituição ou recolhimento de materiais;

7.3.6.1 O pedido de prorrogação somente será apreciado se apresentado dentro do prazo originariamente estipulado para o cumprimento da obrigação;

7.3.6.2 O pedido de prorrogação deverá ser devidamente justificado e acompanhado de elementos de comprovação com robustez suficiente para comprovar o impedimento do cumprimento do prazo inicial;

7.3.6.3 O pedido de prorrogação deve ser dirigido à Comissão de Gestão da Memória Eleitoral do TRE/RO, unidade competente para decidir acerca desses requerimentos.

7.3.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

7.3.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões do objeto do presente Termo de Referência, que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.

7.3.9 Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

7.3.10 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;

7.3.11 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.12 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

7.3.13 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

7.3.14 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, hospedagem, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

7.3.15 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.3.16 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.17 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

7.3.18 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

Integrante	Titular	Substituto	Unidade	
Everaldo Lopes	Cardoso	1º Secretária da Comissão de Gestão da Memória do TRE-RO - Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM	Gestor - Solicitante	CGM-TRE-RO
Marcelo Marinho	Silva	2º Secretária da Comissão de Gestão da Memória do TRE-RO - Coordenador de Jurisprudência e Documentação - CJD	Fiscal Administrativo	CGM-TRE-RO

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

- 8.2.1 O Gestor do contrato ficará responsável por:
- 8.2.1.2 Solicitação da Nota de Empenho informando os quantitativos de acordo com o pedido mínimo informado na Cotação;
- 8.2.1.3 Atestar se os produtos estão de acordo com as especificações e comunicar à Seção de Patrimônio para emissão de Termo de Recebimento Definitivo e pagamento da nota fiscal/fatura, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais. Controlar prazos e indicadores contratuais;
- 8.2.1.4 Notificar a contratada acerca de eventual recusa de material, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO, seguindo o rito informado na IN 09/2021 TRE-RO.
- 8.2.1.5 Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;
- 8.2.1.6 Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;
- 8.2.1.7 Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.
- 8.2.2 O Fiscal Administrativo do contrato ficará responsável por:
- 8.2.2.1 Conferir o cumprimento de prazos contratuais;
- 8.2.2.2 Conferir o atendimento dos níveis de serviços contratados;
- 8.2.2.3 Conferir documentação exigida no contrato;
- 8.2.2.4 Verificar a conformidade do faturamento do objeto contratado;
- 8.2.2.5 Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1 O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail e telefonemas diretamente com o profissional contratado, conforme detalhamento a seguir:

Assunto	E-mail
Envio de notas fiscais relacionadas a requisições do gestor do contrato	sepm@tre-ro.jus.br
Informações técnicas	sepm@tre-ro.jus.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços;

10. REAJUSTE CONTRATUAL E CLÁUSULAS CONTRATUAIS

- 10.1 Poderá haver alteração unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 124 da Lei 14.133/21.
- 10.2 A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.
- 10.3. O índice aplicável para fins de reajuste será o IPCA, aplicável para correção de preços a partir de 12 meses da data de apresentação da proposta.
- 10.4 Quanto ao prazo de execução, a CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços após a assinatura da nota de empenho e devolução, no prazo previsto do item 5.1.3 sendo este marco temporal adotado como data-base para cumprimento do objeto e efetiva disponibilização dos serviços.
- 10.5 Não haverá exigência de garantia contratual da execução deste objeto.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1 O valor total estimado para a contratação é de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos).
- 11.2 O detalhamento da pesquisa de preços realizada para a estimativa do preço integra a INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, evento SEI 1066368.
- 11.3 A proposta vencedora foi a apresentada pela empresa Vinil Decor Molduraria e Comércio Ltda., consoante proposta juntada no evento SEI 1066014.

				Vinil Decor Molduraria e Comércio Ltda. - evento SEI 1065999		Elisnei Adam Santos Costa - ME - evento SEI 1066014 - Ver observação		SP Santos Decorações Ltda - ME - evento 1066020		Artevid evento S
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	Confecção de quadros para as galerias de autoridades do TRE-RO, contendo: 1.1 moldura preta caixa alta de 2cm	Unidade	120	R\$ 178,10	R\$ 21.372,00	R\$ 178,60	R\$ 21.432,00	R\$ 198,50	R\$ 23.820,00	R\$ 212,4

	<p>largura (por fora) medindo 31,5cm x 41cm;</p> <p>1.2 moldura dourada de 3cm de largura (parte de dentro) medindo 28,5cm x 38cm;</p> <p>1.3 vidro incolor que não mancha a revelação fotográfica medindo 28,5cm x 38cm (parte de trás do quadro:</p> <p>1.4 foam bord (material anti-mofo e leve) medindo 23,5cm x 33cm;</p> <p>O prazo de entrega/instalação será de 45 dias.</p> <p>A contratada deverá apresentar modelo dos quadros no prazo de cinco dias uteis após empenho/contrato para aprovação.</p> <p>Obs. será permitida a variação de medidas em 0,5cm, adequando-se à impressão imagens citada no item 2..</p>									
2	<p>Serviço de impressão de imagens revelada no papel fotográfico medindo 23,5cm x 33cm.</p> <p>O prazo de entrega/instalação será de 45 dias;</p>	Unidade	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00	R\$ 15,00	R\$ 1.500,000	R\$ 18,90	R\$ 1.890,00	R\$ 62,50
3	<p>Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE PRESIDENTES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 3.12m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura;</p> <p>O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;</p>	Unidade	1	R\$ 1.134,90	R\$ 1.134,90	R\$ 1.645,80	R\$ 1.645,80	R\$ 1.349,00	R\$ 1.349,00	R\$ 2.928,00
4	<p>Confecção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE CORREGEDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro</p>	Unidade	1	R\$ 1.265,85	R\$ 1.265,85	R\$ 2.134,00	R\$ 2.134,00	R\$ 1.496,00	R\$ 1.496,00	R\$ 3.570,00

	conforme layout apresentado, medindo total de 3.48m de largura x 18,8cm de altura, Letras iniciais medindo 18,8cm de altura e demais letras 15,8cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 45 dias;									
5	Confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE DIRETORES DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.98 de largura x 29cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	Unidade	1	R\$ 1.330,56	R\$ 1.330,56.	R\$ 1.476,00	R\$ 1.476,00	R\$ 1.425,00	R\$ 1.425,00	R\$ 2.798,00
6	confeção e instalação de identificação de letras (GALERIA DE OUVIDORES) em acrílico de 10mm de espessura, preto black piano na fonte Trajan Pro conforme layout apresentado, medindo total de 1.57m de largura x 10cm de altura, Letras iniciais medindo 10cm de altura e demais letras 8,4cm de altura; O prazo de entrega/instalação será de 20 dias;	Unidade	1	R\$ 303,77	R\$ 303,77	R\$ 724,00	R\$ 724,00	R\$ 518,00	R\$ 518,00	R\$ 2.480,00
				TOTAL GERAL	R\$ 27.407,08	TOTAL GERAL	R\$ 28.911,80	TOTAL GERAL	R\$ 30.498,00	TOTAL GERAL

Obs.: Elisnei Adam Santos Costa - ME - cotação no evento SEI 1066014, não poderá ser habilitada em razão das informações disponíveis não serem suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS, bem como as informações na Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 09.202.639/0001-24 São insuficientes para a emissão de certidão por meio da Intenet.

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1 A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (2023)
Ordinário	Galerias de homenagens a autoridades da Justiça Eleitoral em RO	PI ADM EVENTO	R\$ 50.000,00

Total a ser executado	R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos)
-----------------------	---

12.2 Disponibilização orçamentária informada no evento SEI 1061453 (Processo 0000150-50.2022.6.22.8000) - Grupo de despesas de custeio - Despesa suplementada no Valor de R\$50.000,00.

13. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO	
Dispensa de Licitação: () por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica; (x) Não utilizado o Sistema de Dispensa Eletrônica. JUSTIFICAR: A contratação será processada por dispensa de licitação, art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com os fornecedores especializados no ramo do produto. Os preços foram pesquisados no comércio local conforme preceitua o art. 3, I, art. 21, VI, da Resolução CNJ 400/2021, que determina aos órgãos do Poder Judiciário o fomento à produção e comércio locais e redução na emissão de gases de efeito estufa que os transportes de longa distância ocasionam. Buscando a mão-de-obra local foram contatados quatro empresas prestadoras dos serviços objeto da contratação na cidade de Porto Velho, os quais apresentaram Cotação, sendo que uma das participantes, Elisnei Adam Santos Costa - ME - cotação no evento SEI 1066014, não poderá ser habilitada em razão das informações disponíveis não serem suficientes para a comprovação automática da regularidade do empregador perante o FGTS, bem como as informações na Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 09.202.639/0001-24 São insuficientes para a emissão de certidão por meio da Intenet.	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	
(x) Menor preço global	
() Menor preço por item	
() Maior desconto	
() Outro:	

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Para participação e habilitação da participante exigir-se-á prova de regularidade fiscal junto à Receita Federal do Brasil, seguridade social e FGTS e prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho.

14.1.2 De forma complementar, a Administração Contratante poderá efetuar consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas), CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e TCU (Cadastro de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal), além de outras fontes.

14.1.3. Por celeridade, esta Administração efetuou a consulta da regularidade fiscal nos respectivos sites oficiais da Internet, conforme consta dos eventos 1066003, 1066015, 1066021 e 1066014.

14.1.4 A futura contratada obriga-se a manter as condições de habilitação durante todo o contrato.

14.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor: será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

14.3 Da qualificação técnica: será dispensada conforme art. 70, III, da Lei n. 14.133/2021.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1 SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, na forma seguinte:

14.1.1 Advertência: pelo cometimento da infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2 Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. dar causa à inexecução total do contrato;
3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.3 Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.1.4 Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2 O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 15.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.
15. Anexos:
- 15.1 Cotações de Preços nos eventos 1065999, 1066014, 1066020 e 1066022;
 - 15.2 Certidões negativas nos eventos 1066003, 1066015, 1066021 e 1066023;
 - 15.3 Documento de Formalização da Demanda no evento 1069182;
 - 15.4 Informação do Conclusiva do Valor Estimado no evento 1069202.

Everaldo Cardoso Lopes
Secretário da Comissão de Gestão Documental
Responsável



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Membro da Comissão**, em 04/10/2023, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1069208** e o código CRC **E6423FB7**.